



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Sr. Deputado à Assembleia Legislativa, Au Kam San

Em cumprimento do despacho do Chefe do Executivo, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Au Kam San, de 27 de Março de 2014, enviada a coberto do Ofício n.º 257/E215/V/GPAL/2014 da Assembleia Legislativa, de 31 de Março de 2014 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo, em 1 de Abril de 2014:

O Governo da RAEM está muito atento aos problemas habitacionais dos residentes. De modo a criar um mecanismo de garantia de habitação a longo prazo, definiu que os objectivos dos trabalhos em todas as fases, visam manter um equilíbrio a longo prazo entre a habitação pública e o mercado imobiliário privado, criando um ambiente coordenador de três vertentes – habitação económica, habitação social e habitação particular, com vista a responder às expectativas habitacionais das diferentes camadas sociais.

Quanto à oferta de habitação pública, o Governo além de ter concluído de forma ordenada o projecto da oferta das dezanove mil habitações públicas, ainda implementou a continuação dos trabalhos de construção de habitação pública após o designado projecto. Depois do planeamento de pormenor, tem terrenos reservados para construir cerca de 5 600 fracções de habitação pública, após a



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

oferta das dezanove mil habitações públicas, como foram iniciadas as obras de construção de habitação pública situadas no lote na Estrada Nordeste da Taipa, nos lotes 1 e 2 do Bairro da Ilha Verde (Edifício do Bairro da Ilha Verde), nos lotes E e F do Fai Chi Kei (Edifício Fai Ieng), nos lotes L4 e L5 da Bacia Norte do Patane (Edifício Cheng Tou) e no lote PO3 da Taipa (Edifício Iat Fai).

Anteriormente, o Governo publicou que irá planear a construção de 4 400 fracções de habitação pública em 7 parcelas de terrenos. As quatro parcelas de terrenos que podem ser utilizadas para a construção de habitação pública pelo Governo a curto prazo localizam-se, respectivamente, na Doca Lam Mau e no centro da Taipa. Segundo a estimativa preliminar, podem ser construídas mais de 400 fracções. As outras três parcelas de terrenos não podem ser utilizadas a curto prazo, estão sujeitas a alguns condicionamentos como os procedimentos legais, negociações ou reordenamento. Duas delas localizam-se na sede da central térmica da Rua dos Pescadores, no espaço descoberto e no auto-silo do lado leste da Piscina Olímpica na Taipa, prevê-se que podem ser construídas mais de 2 000 fracções, e o outro terreno localiza-se na Taipa, depois de várias negociações com o concessionário, este concordou, em princípio, reverter uma parte do terreno para o Governo. Para além da necessidade de executar obras de infra-estruturas, tal como a construção de rodovias, prevê-se que possam ser construídas cerca de 2 000 fracções. Sobre os empreendimentos de habitação pública, o Governo irá publicá-los oportunamente para que o público tome conhecimento mais



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

atempadamente.

No que respeita às medidas de longo prazo, o Governo irá reservar terrenos nos novos aterros urbanos para apoiar o desenvolvimento de habitação pública e criar condições para um regime de reserva de terrenos. Na segunda fase de auscultação pública do plano urbanístico dos novos aterros, foram propostas duas soluções para debate no seio da sociedade em que, segundo o cálculo de fracções habitacionais com cerca de 700 pés quadrados, uma das soluções consiste na reserva de terrenos para a construção de cerca de 33 000 fracções habitacionais e outra se traduz na reserva de terrenos para a construção de cerca de 43 000 fracções habitacionais. Independentemente da solução a ser escolhida, o Governo compromete-se a que nos novos aterros será reservada uma percentagem de terreno para a finalidade de construção de habitação pública. O plano urbanístico dos novos aterros ainda está na fase do Plano Director, o Governo irá realizar a consulta pública da terceira fase no corrente ano, no sentido de ouvir progressiva e amplamente as opiniões dos residentes, procurar o consenso básico da sociedade e articular com a futura política de habitação e as necessidades reais da sociedade, com o objectivo de definir concretamente os terrenos dos novos aterros, destinados a construção de habitação pública.

Ademais, o Governo está a realizar a consulta pública sobre o Plano de Aquisição de Imóveis para Habitação por Residentes de Macau (designado



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

anteriormente por Terra de Macau destinada a residentes de Macau), adiante designado por Plano de Aquisição de Imóveis, por um prazo de 60 dias. Em princípio, o Governo define que o Plano de Aquisição de Imóveis é uma medida complementar entre a habitação económica e a habitação adquirida no mercado privado para os destinatários principais dos residentes com rendimentos médios, formando com a habitação social, a habitação económica, o Plano de Aquisição de Imóveis e o mercado privado, um quadro de oferta de habitação de quatro níveis, permitindo aos diferentes grupos optar pela via de aquisição de casa própria consoante a sua capacidade económica. No documento de consulta, não foram referidas propostas e sugestões concretas, o Governo irá ponderar em geral as opiniões recolhidas da população relacionadas com a implementação deste plano, considerando os beneficiários, o acesso, as condições de venda e as restrições a aplicar.

A Presidente do IH, Subst.^a,

Kuoc Vai Han

15 de Maio de 2014